

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA GABINETE DA DESEMBARGADORA INEZ MARIA B. S. MIRANDA SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL – SEGUNDA TURMA HABEAS CORPUS Nº 8040654-43.2021.8.05.0000 COMARCA DE ORIGEM: SEABRA PROCESSO DE 1º GRAU: 8001721-48.2021.8.05.0243 IMPETRANTES: GUSTAVO RIBEIRO GOMES BRITO E LUCAS ANDRÉ GÓES RIBEIRO CAVALCANTI PACIENTE: MARCUS ALESSANDRO DE OLIVEIRA ARAUJO ADVOGADOS: GUSTAVO RIBEIRO GOMES BRITO E OUTRO IMPETRADA: JUÍZA DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE SEABRA PROCURADOR (A) DE JUSTIÇA: NIVALDO DOS SANTOS AQUINO RELATORA: INEZ MARIA B. S. MIRANDA

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. PECULATO, CONCUSSÃO, TRÁFICO ILÍCITO DE SUBSTÂNCIA ENTORPECENTE E ASSOCIAÇÃO PARA TAL FIM, MAJORADOS PELA FUNÇÃO DO AGENTE E MEIO DE EXECUÇÃO, E ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA MAJORADA PELO EMPREGO DE ARMA DE FOGO E QUALIDADE DE FUNCIONÁRIO PÚBLICO. DADOS EXTRAÍDOS DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS. QUEBRA NA CADEIA DE CUSTÓDIA. NULIDADE NÃO DEMONSTRADA. INVESTIGAÇÃO REALIZADA POR FORÇA-TAREFA DA CORREGEDORIA DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA. LEGITIMIDADE. GRUPO DE TRABALHO FORMADO COM BASE LEGAL E DOTADO DE COMPETÊNCIA. DECRETO ESTADUAL Nº 10.186/06. IDONEIDADE DO DECISIO CONSTRITIVO. AUSÊNCIA DE ALTERAÇÃO DO QUADRO FÁTICO. CONTEMPORANEIDADE DOS FUNDAMENTOS EXPENDIDOS NA ORIGEM. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA. A via estreita do habeas corpus, rito de cognição sumária que não autoriza a análise do conjunto fático e probatório, reclama a demonstração do aventado constrangimento ilegal através da prova pré-constituída. Malgrado a importância de se observar a cadeia de custódia do vestígio relacionado a crime colhido, certo é que nem todos podem ser imperceptivelmente adulterados, de modo que, se amalhado em conformidade com a lei, deve ser preservado no acervo probatório até que a sua fidedignidade seja posta em dúvida. Integram a Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia a sua Corregedoria e, também a Polícia Civil, que, por sua vez, dispõe de órgão correicional próprio, que tem como atribuição, dentre outras, proceder as investigações em que seus membros figurem como autores. A criação de Força-Tarefa com tal desiderato, formada por profissionais integrantes do órgão macro, dotados de expertise e atribuições policiais, possui assento legal (art. 42, incisos I, alínea k, e IV, alínea i, do Decreto Estadual nº 10.186/06), e não interfere na competência investigativa. Não há ilegalidade no decreto prisional que, demonstrando a materialidade delitiva e apontando os indícios de autoria, justifica a necessidade da adoção da medida extrema para garantia da ordem pública, em face da gravidade concreta da conduta imputada, bem como pela conveniência da instrução criminal. Quando não há alteração fática-processual no contexto que ensejou a imposição da prisão preventiva a bem da ordem pública, é despicienda a apresentação de novos argumentos para a manutenção do cárcere, haja vista a perpetuação da contemporaneidade dos fundamentos iniciais. Ordem conhecida e denegada.

ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os autos de habeas corpus nº 8040654-43.2021.8.05.0000, da comarca de Seabra, em que figuram como impetrantes Gustavo Ribeiro Gomes Brito e Lucas André Góes Ribeiro Cavalcanti, e paciente Marcus Alessandro de Oliveira Araujo. Acordam os Desembargadores integrantes da Segunda Turma julgadora da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, conforme resultado expresso na certidão de julgamento, em conhecer e denegar a ordem de habeas corpus, na esteira das razões explanadas no voto da Relatora. Salvador, data registrada na certidão eletrônica de julgamento.

INEZ MARIA B. S. MIRANDA RELATORA (ASSINADO ELETRONICAMENTE) (01 – Cód. 447) – Habeas Corpus nº 8040654-43.2021.8.05.0000 PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO

ESTADO DA BAHIA SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL 2ª TURMA DECISÃO
PROCLAMADA Denegado – Por unanimidade. Salvador, 17 de Fevereiro de 2022.
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA GABINETE DA
DESEMBARGADORA INEZ MARIA B. S. MIRANDA RELATÓRIO Os béis.
Gustavo Ribeiro Gomes Brito e Lucas André Góes Ribeiro Cavalcanti impetram a presente ordem de habeas corpus em favor de Marcus Alessandro de Oliveira Araujo, apontando como autoridade coatora a M.M. Juíza de Direito da Vara Criminal da Comarca de Seabra. Após alertarem para a necessidade de distribuição do feito por prevenção, ao tempo em que defendem o cabimento do writ, relatam os Impetrantes que, em atendimento a pedido formulado pelo Ministério Público, o Paciente teve contra si decretada a prisão preventiva, sob o fundamento que a sua liberdade representa risco à investigação policial, ante a tentativa de obstruções, sendo posteriormente denunciado como incurso nos arts. 312, caput, e 316, caput, ambos do Código Penal, 33, caput, e inciso II, 35, caput, c/c 40, incisos II e IV, todos da Lei nº 11.343/06, e 2º, caput, c/c §§ 1º, 2º e 4º, inciso II, da Lei nº 12.850/13, e apesar de ter sido apresentada resposta à acusação em 13/09/2021, contendo diversos argumentos fortes e contundentes, a exordial acusatória foi recebida, oportunidade em que a custódia cautelar foi mantida. Argumentam a inobservância da cadeia de custódia das mensagens e fotografias colacionadas à peça acusatória, atribuídas aos acusados na ação penal de origem, que sequer foram submetidas à perícia, o que as torna imprestáveis e impõe, consequentemente, sejam extraídas dos autos. Alegam a incompetência do órgão que dirigiu as investigações que lastrearam a acusação, o que inquina de nulidade todo o acervo coligido e, via de consequência, resulta na inexistência de elementos aptos à propositura e recebimento da denúncia. Sustentam, outrossim, que encerrada a fase investigativa, e tendo sido esse o objeto que se pretendia resguardar com o cárcere do Paciente, a medida carece de contemporaneidade, notadamente em se considerando que ele exerce a atividade de delegado de polícia, sem histórico de fato pessoal ou profissional que desabone sua conduta, seja primário e portador de bons antecedentes, bem como que a gravidade em abstrato dos delitos não é suficiente para ensejar a restrição de sua liberdade. Formulam, ao final, pedido liminar, para que a prisão preventiva do Paciente seja imediatamente revogada, expedindo-se, para tanto, o competente alvará de soltura, ou, sucessivamente, seja a custódia substituída por cautelares diversas, e, no mérito, pugnam pela confirmação da liminar, bem como sejam excluídas da ação penal de origem todas as mensagens atribuídas aos acusados e reconhecida a ilicitude dos elementos probatórios colhidos pelo órgão que presidiu as investigações e, também, os deles decorrentes. A inicial veio acompanhada dos documentos acostados ao id. 21887011. O pedido liminar foi indeferido pelo decisio constante do id. 21995431. A autoridade impetrada prestou suas informações no id. 22565100, possibilitando o acesso aos autos de origem através do link constante do id. 22565101. A Procuradoria de Justiça, no id. 23133026, opinou pelo conhecimento e denegação da ordem. É o relatório. Salvador, data registrada no sistema. Moacyr Pitta Lima Filho RELATOR (ASSINADO ELETRONICAMENTE) (01) – Habeas Corpus nº 8040654-43.2021.8.05.0000
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA GABINETE DA DESEMBARGADORA INEZ MARIA B. S. MIRANDA VOTO
Trata-se de ordem de habeas corpus impetrada por Gustavo Ribeiro Gomes Brito e Lucas André Góes Ribeiro Cavalcanti, inquinando de ilegal parte da decisão que recebeu a denúncia oferecida em desfavor de Marcus Alessandro

de Oliveira Araujo, ao tempo em que manteve a sua prisão preventiva, proferida pelo M.M. Juízo da Vara Criminal da Comarca de Seabra. Do estudo dos autos, constata-se que o Paciente foi denunciado como incurso nos arts. 312, caput, e 316, caput, ambos do Código Penal, 33, caput, e inciso II, 35, caput, c/c 40, incisos II e IV, todos da Lei nº 11.343/06, e 2º, caput, c/c §§ 1º, 2º e 4º, inciso II, da Lei nº 12.850/13 – peculato, concussão, tráfico ilícito de substância entorpecente e associação para tal fim, esses majorados pela função do agente e meios de execução, e organização criminosa, majorado pelo emprego de arma de fogo e qualidade de funcionário público. Os Impetrantes sustentam, em apertada síntese, a nulidade das mensagens e fotografias colacionadas à peça acusatória, por inobservância do procedimento afeito à cadeia de custódia para a sua obtenção, assim como de todo o procedimento investigativo que lastreia a acusação, por ter sido presidido por órgão incompetente, além da ausência de contemporaneidade para a manutenção da prisão preventiva do Acusado. Não há, contudo, nenhuma mácula a ser reconhecida, ao menos por ora, quanto às mensagens que instruem a denúncia. Deveras, como cedo, o procedimento correlato à cadeia de custódia, trazido pela Lei nº 13.964/2019 e presente no art. 158-A e seguintes do Código de Processo Penal, tem como escopo a preservação do vestígio de crime desde a sua identificação, mantendo a sua fidedignidade até o final descarte, assegurando assim que não seja adulterado em nenhum dos momentos em que precise ser manejado. Em outras palavras, busca-se a confiança de que determinado elemento relacionado à infração seja colhido e conservado íntegro até não mais interessar à persecução criminal. Ocorre que nem todo vestígio reclama a proteção dada pela lei para a manutenção da sua integralidade, como no caso em espeque – dados extraídos de equipamentos eletrônicos –, uma vez que, via de regra, a individualização do (s) aparelho (s) é preservada por número de série, identificação internacional de equipamento eletrônico – IMEI –, etc., e fidedignidade das informações ali contidas pode ser verificável a qualquer tempo, através de perícia própria, passível de apontar, até mesmo, se houve exclusão ou adulteração do seu conteúdo. Dessa forma, considerando que a apreensão dos aparelhos eletrônicos atribuídos aos acusados na ação penal de origem decorreu de decisão judicial válida, o que, inclusive, é fato incontroverso, e não havendo provas in folio que demonstrem que as fotos colacionadas à exordial acusatória, extraídas dos referidos equipamento, tenham sido manipuladas com o fito de prejudicar os denunciados, mostra-se prematuro, tão só pelas alegações dos Impetrantes, excluí-las do manancial probatório, o que não obsta, por óbvio, e até recomenda-se, sejam submetidas a perícia a fim de verificar a autenticidade delas, com a devida participação da defesa na produção da prova, e, caso surjam dúvidas sobre a fidedignidade, a validade como elemento de convicção deverá ser novamente submetida ao crivo do judiciário. Melhor sorte não socorre aos Impetrantes no que concerne à aventada incompetência das autoridades que presidiram o inquérito policial que lastreou a acusação. Com efeito, insta esclarecer, de logo, que ao contrário do quanto sustentado nas razões de impetração, a Força-Tarefa formada para apurar os crimes atribuídos ao Paciente e demais coacusados não é um órgão criado pela Portaria que a instituiu, e sim, como bem assinalado pelo decisório impugnado, após ressalva do Ministério Público de origem, um conjunto de indivíduos formado por profissionais com expertise para determinado fim, que, no caso, seria a investigação das denúncias envolvendo membros da Polícia Civil. A sua denominação como “Força-Tarefa” não lhe retira a

característica de reunião de pessoas com atribuições e competências específicas, que pode ser referenciado, dentre outras locuções, como “grupo de trabalho”, consoante prevê expressamente o Decreto nº 10.186/06, que aprova o regimento interno da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia, e atribui ao Secretário de Segurança Pública, assim como ao Delegado-Chefe da Polícia Civil, a constituição de agrupamentos com tal desiderato (art. 42, incisos I, alínea k, e IV, alínea i). Concluindo-se, portanto, que a criação da indigitada Força-Tarefa lastreou-se em ato normativo válido, igualmente não há que se questionar a sua competência. Isso porque a Constituição Federal, em seu art. 144, § 4º, atribui às polícias civis a função de apurar as infrações penais, norma que é reproduzida no art. 6º, inciso I, da Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado da Bahia, Diploma que prevê ainda a Corregedoria da Polícia Civil como órgão integrante da instituição que tem, dentre outras competências, a de instaurar inquérito policial “para apurar transgressões imputadas ao servidor policial civil”, ex vi art. 23, inciso III. Apesar de o já mencionado Decreto nº 10.186/06 fazer constar no caput do seu art. 10 que a Corregedoria Geral da Secretaria de Segurança Pública “tem por finalidade assessorar o Secretário”, não se pode olvidar que o mesmo dispositivo, em seu inciso II, alínea d, dispõe que cabe ao órgão correicional “receber, analisar e cadastrar denúncias procedentes e encaminhá-las às Corregedorias Institucionais”. Do mesmo modo, deve-se ter em mente que o ato normativo em voga prevê que a Polícia Civil é parte integrante da estrutura da Secretaria de Segurança Pública (3º, inciso II, alínea i), ao tempo em que reafirma a competência da corregedoria da Instituição para apurar a responsabilidade criminal dos seus servidores (art. 18, I, alínea a), assim como “proceder à investigação de denúncias recebidas contra policiais civis” (art. 18, II, alínea a). Dessa forma, a Corregedoria da Secretaria de Segurança Pública não possui função de mero assessoramento, como querem fazer crer os Impetrantes, notadamente em se considerando a obrigação de dar impulso às denúncias formuladas contra os membros da Polícia Civil, instituição que integra o órgão macro e dispõe corregedoria própria, pelo que resta indiscutível, sob qualquer prisma, a legalidade da investigação levada a efeito. Já com relação à alegada ausência de contemporaneidade da medida constritiva, cumpre registrar que esta Turma julgadora já se manifestou sobre a idoneidade da decisão que decretou a prisão preventiva do Acusado, quando do julgamento do habeas corpus nº 8019844-47.2021.8.05.0000, impetrado em favor do Paciente por um dos Impetrantes deste mandamus, em sessão realizada no dia 09/09/2021. O cerne do wirt então, nesse ponto, cinge-se à análise da permanência, ou não, dos fundamentos que ensejaram a custódia cautelar. A par disso, insta pontuar que o requisito da atualidade expressamente, previsto no Código de Processo Penal, refere-se não à data do evento criminoso, e sim ao efetivo perigo decorrente da liberdade agente, de forma que, independente de quando o delito tenha sido cometido, é possível a posterior decretação/manutenção do cárcere se presentes os motivos que deram causa à medida, ou, ainda, sobrevierem fatos novos que a justifiquem. Volvendo-se para a situação do Acusado, verifica-se do decisio constante do id. 21888275 que o seu cárcere foi imposto em face da gravidade concreta das condutas criminosas imputadas, probabilidade de reiteração delitiva, e, ainda, por conveniência da instrução criminal. Pontuou-se, na oportunidade, que sobre o Paciente recai a séria acusação de, utilizando-se da sua função de policial e das informações inerentes a essa condição, ser o líder da “célula policial” de uma organização

criminosa voltada para a produção e comércio de substâncias entorpecentes ilícitas, mediante emprego de arma de fogo, conluio e coação a traficantes de drogas locais. Ressaltou-se, bem assim, que o Acusado não só utilizou os bens públicos sob a sua responsabilidade, mas, também, valendo-se do cargo de Coordenador da 13ª Coordenadoria Regional de Interior – COORPIN/Seabra, envolveu outros órgãos administrativos na prática espúria, inclusive a estrutura da Polícia Militar local. Ao manter a prisão preventiva do Paciente e demais coacusados, o Juízo a quo acertadamente destacou a inocorrência de situação fática capaz de alterar o cenário que justificou a medida extrema (id. 21888269), mormente em se considerando outro relevante motivo utilizado para a sua imposição, qual seja, o fato de se atribuir ao Acusado a conduta de, no exercício do seu mister, obstar a investigação criminal a fim de assegurar a impunidade de todos os envolvidos, mesmo após o cumprimento da 1ª fase da operação montada para apurar os crimes imputados. Isso porque não se pode ignorar que o Paciente exerce a importante função de delegado de polícia, com atuação justamente no município onde as infrações foram, em tese, perpetradas, o que evidencia a facilidade de amplo acesso aos elementos probatórios produzidos em seu desfavor, e, assim, a real possibilidade de interferir no regular andamento da instrução criminal. Ao contrário do quanto sustentado pelos Impetrantes, o encerramento das investigações e oferecimento da denúncia não elide a ameaça à instrução criminal, que ainda está em fase de oitiva de testemunhas, e, portanto, passível de interferência por atos do Acusado. Destarte, seja porque a gravidade concreta dos delitos imputados ao Paciente não se alteraram com o decorrer do tempo, seja porque a sua liberdade ainda é inconveniente à instrução criminal, o risco de sua soltura permanece atual, e portanto, contemporâneo com manutenção da medida. Importa pontuar, por fim, que a decisão constritiva afastou validamente a suficiência de qualquer das cautelares diversas, dentre as elencadas no art. 319 do Código de Processo Penal, uma vez que todas possibilitam a livre circulação do Acusado e o seu convívio com o meio social, não evitando, consequentemente, a reiteração delitiva ou interferência na instrução criminal. A d. Procuradoria de Justiça também se manifestou pela denegação da ordem, consoante parecer constante no id. 23133026, cujos trechos pertinentes reproduzo abaixo: “Sob este aspecto, insta consignar que segundo o Manual de Força Tarefa da Escola Superior do Ministério Público da União, o termo 'Força-Tarefa' pode ser conceituado, genericamente 'como uma equipe de especialistas dotada de meios materiais necessários à consecução de um objetivo específico, de reconhecida complexidade, e que recomende, por certo período de tempo, a coordenação de esforços de um ou mais órgãos, nacionais ou estrangeiros. A força-tarefa terá diretrizes e plano de ação comuns, guiados pelo interesse público na elucidação de infrações relevantes. É sempre um método de organização e distribuição do trabalho.' O Magistrado com atuação na origem, acertadamente considerou que 'no presente caso, buscava-se investigar a suposta prática de atos ilícitos cometidos por integrantes da Polícia Civil da cidade de Seabra/BA, o que inviabilizou a condução da investigação por integrantes da Polícia local, sob pena de comprometimento das investigações. Desse modo é que a Corregedoria da Polícia Civil assumiu as investigações, através de Delegados integrantes do seu quadro, regularmente investidos no cargo por meio de concurso público, dotados de plena competência para a condução das investigações criminais que envolvem agentes públicos do Estado da Bahia, nos termos do art. 23 da Lei nº 11.370/09: (...)’ Ou seja, certo é que ao

contrário do que pontua a Defesa, a Força-Tarefa nada mais é do que a atuação coordenada de uma equipe cujos integrantes são dotados de competência administrativa ou atribuição para a matéria a ser investigada, e que atuou em comunhão de esforços como uma importante estratégia de combate às organizações criminosas, não havendo que se falar em nulidade. Noutro giro, no que se refere à aventada nulidade das provas extraídas dos aparelhos de telefone celular, o Magistrado mais uma vez agiu com acerto, na medida em que esclareceu que 'as conversas extraídas dos aparelhos de celulares dos investigados, colacionadas aos autos, foram resultado de decisões judiciais que determinaram a quebra do sigilo telemáticos dos investigados. Quer dizer, toda a prova colacionada fora extraída por agentes públicos, amparados por prévia decisão judicial. Nesse ponto, faz-se necessário proceder com o distinguishing em relação ao precedente colacionado pela Defesa, o qual teve como base 'notícia anônima acompanhada de prints de WhatsApp'. Não há qualquer segurança jurídica em supostos 'prints', encaminhados por pessoa desconhecida, sem qualquer garantia de veracidade das informações, ou fraude/montagem de sorte que, no caso do precedente citado, a ilicitude era cristalina. Diversamente, no presente feito, não há mácula ou indício de fraude nas conversas juntadas aos autos, eis que, como dito, extraídas por agentes públicos, com amparo em prévia decisão judicial.'. Nesse sentido, levou em consideração as considerações apresentadas pelo Ministério Público, quando ponderou que 'a atividade pericial, eminentemente técnico-científica, não se confunde com análise lato sensu, a qual pode ser realizada, no caso do exame do conteúdo das provas ou vestígios obtidos, como aqueles decorrentes de interceptações telefônicas ou de documentos ou de conteúdo de equipamentos digitais, por pessoas concursadas para tanto (como o são os investigadores das polícias e os agentes do ministério público)'. Acrescentando, ainda, que 'não se tem no Código de Processo Penal brasileiro nenhuma disciplina específica quanto aos procedimentos a serem observados no tocante à cadeia de custódia de vestígio digital. Sua apreensão, contudo, exige especial cuidado quanto a seu isolamento, sua preservação e manuseio, para evitar modificação do conteúdo de seus dados', de modo que 'o fato de se destacar apenas trechos de diálogos que compreende relevantes para a investigação não implica quebra da cadeia de custódia da prova, desde que a íntegra das conversas e dados constantes do aparelho celular estejam disponíveis às defesas para cotejo e confronto.'. (...) Os requisitos que fundamentam a segregação cautelar ainda se encontram presentes, não havendo nenhuma alteração material ou processual que justifique a colocação do Requerente em liberdade. Dada a concretude dos indícios de autoria que, embasado em fortes provas, recaem sobre a pessoa do Acusado, faz-se prudente a manutenção da prisão preventiva como garantia da ordem pública e por conveniência da instrução criminal. A propósito, merece relevo o clássico ensinamento de Calamandrei: (...) Veja-se que embora os Impetrantes indiquem que o Magistrado se limitou a invocar fatos pretéritos ao oferecimento da denúncia, o Supremo Tribunal Federal já se manifestou sobre o tema, destacando que a contemporaneidade diz respeito aos motivos ensejadores da prisão preventiva e não ao momento da prática supostamente criminosa em si, ou seja, é irrelevante quando o fato tenha ocorrido, sendo necessária apenas a demonstração de que, mesmo com o transcurso do tempo, continuam presentes os requisitos da custódia preventiva. Confira-se: Assim, restou amplamente demonstrada a presença dos requisitos ensejadores da prisão preventiva, uma vez que, mesmo com o passar do tempo, ainda se revela indispensável como garantia da ordem pública e para assegurar não só a

instrução processual, como a aplicação da lei penal, fundamentos que foram amplamente destacados nos autos. Sobre o tema, convém a análise dos recentes julgados do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça:" (sic, destaques originais) Ante o exposto, conheço e denego a presente ordem de habeas corpus. É como voto. Sala de Sessões, data registrada no sistema. Moacyr Pitta Lima Filho RELATOR (ASSINADO ELETRONICAMENTE) (01 - Cód. 447) - Habeas Corpus nº 8040654-43.2021.8.05.0000